

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 523.071 - SP (2019/0215325-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO E OUTRO
ADVOGADOS : DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO - SP314983
DANIEL VITOR ZANDERICO - SP369055
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS ANDRE CREMONEZI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

DOUGLAS ANDRÉ CREMONEZI, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção, em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 0000188-81.2017.8.26.0556.

Nesta Corte, o impetrante ressalta, resumidamente, ilegalidade na imposição da prisão preventiva ao réu antes do trânsito em julgado da condenação.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que se manifestou pelo não conhecimento do *writ*.

Decido.

Faço lembrar, inicialmente, que o Supremo Tribunal Federal, por meio do **Tribunal Pleno**, no julgamento do **HC n. 126.292/SP**, decidiu que: "A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal" (**HC n. 126.292/SP, Tribunal Pleno**, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe 17/5/2016).

A matéria foi objeto de novo exame pela Corte Suprema, em 5/10/2016, nas **ADCs n. 43 e 44**, havendo sido mantida, por maioria, a possibilidade de iniciar a execução provisória da pena a partir do esgotamento das instâncias ordinárias.

A respeito do tema, no julgamento dos **EDcl no REsp n.**

Superior Tribunal de Justiça

1.484.415/DF, de **minha relatoria**, ocorrido no dia 3/3/2016, a Sexta Turma também concluiu pela **possibilidade de início imediato de execução provisória da pena**. Faço referência aos fundamentos por mim externados no voto condutor do acórdão, para evitar repetição desnecessária.

A compreensão externada pode ser resumida na conclusão de que o recurso especial não obsta, via de regra, o início da execução provisória da pena, excepcionada aquelas hipóteses em que, à vista dos requisitos cautelares (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), seja atribuído efeito suspensivo ao reclamo.

Na hipótese em exame, consoante informado pelo impetrante na inicial, **já foi interposto recurso especial em face da apelação criminal**, a evidenciar o **prévio esgotamento da jurisdição ordinária**. Não há que se falar mais, portanto, na análise dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto cabível a execução provisória da pena.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem** no presente *writ*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**